

A parte do leão

A parte do leão

Volta da taxaço de livros, proposta na reforma tributária do governo, ameaça aumentar os preços e quebrar as editoras

—
Walter Porto

SÃO PAULO Foi um dos maiores autores brasileiros, o então deputado constituinte Jorge Amado, quem apresentou a emenda que garantiu na Constituição de 1946 a imunidade de impostos aos livros, assim como a jornais e periódicos.

Mantida na Carta de 1988, a norma parecia assegurar que não se pagariam mais tributos para produzir material de leitura. Mas, nas últimas semanas, o fantasma da taxaço voltou a rondar o mercado editorial.

A reforma tributária encaminhada pelo ministro Paulo Guedes ao Congresso pre-

vê que, na substituição de tributos como PIS e Cofins pela Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços, a CBS, se eliminem as isenções que valiam para as contribuições antigas.

A ameaça ao livro volta porque, apesar de imune a imposto, ele ainda está sujeito às chamadas contribuições sociais, tributos com destinação específica — e só paga alíquota zero de PIS e Cofins por força de uma lei de 2004.

Editores concordam que a implementação de um novo tributo vai encarecer os livros e pôr em xeque a sobrevivên-

cia das editoras menores, que já trabalham com margem apertada de lucros e veriam seu produto ser tributado em 12% de uma hora para outra.

A diversidade que oxigena o setor editorial estaria sob risco de dar lugar a um mercado ocupado por poucas empresas, que conseguiriam repassar o novo custo operacional aos preços de capa.

O Ministério da Economia confirma a intenção de acabar com a isenção do livro, ressaltando que não se trata de nova taxaço, mas de um benefício que não será mantido.

“A CBS tem como pressuposto a não concessão de benefícios”, diz o ministério, em nota. “Nesse sentido, fo-

ram eliminadas as hipóteses de alíquota zero (eram mais de cem) antes previstas. Assim, foi também eliminada a alíquota zero que se aplica nas operações com livros.”

A resposta que Paulo Guedes deu a uma pergunta do deputado Marcelo Freixo, do PSOL, em uma audiência pública no Congresso na última quarta-feira, ilustra sua forma de abordar o assunto.

“Nós temos de auxiliar justamente os mais pobres, os mais frágeis. Então, vamos dar o livro de graça para o mais pobre, e não isentar o deputado Marcelo Freixo, que pode muito bem pagar um livro. Eu também, quando compro meu livro, preciso pagar meu imposto. Uma coisa é você focalizar a ajuda, outra é você, a título de ajudar os mais pobres, na verdade isentar gente que pode pagar”, afirmou o ministro.

“Acho que talvez seja mais fácil convencer os parlamentares que o Executivo”, afirma Marcos da Veiga Pereira, presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, sobre as estratégias que a indústria tem adotado para se contrapor à volta da tributação.

O sindicato e outras sete entidades assinaram um manifesto, publicado como anúncio neste jornal na quarta, que elenca diversos argu-

mentos em defesa da causa, como o que atribui à isen-

ção tributária a queda do valor médio do livro em 33% de 2006 a 2011 e o aumento da ordem de 90 milhões no número de exemplares vendidos.

Pereira argumenta que o tamanho da economia do livro — o faturamento total do mercado editorial no ano passado foi de R\$ 5,7 bilhões — é desproporcional à contribuição que ele traz para a sociedade. A alíquota zero, segundo ele, representa “uma aposta num Brasil moderno, inclusivo, com vontade de ascensão”. “O livro é o instrumento perfeito para o crescimento pessoal.”

O país tem uma carência histórica de investimento do Estado em políticas para leitura, aponta o editor. “Se você taxar o livro nesse momento, o que está fazendo é um desinvestimento. Não investe e ainda retira o dinheiro.”

A deputada Fernanda Melchionna, do PSOL do Rio Grande do Sul, que lidera a Frente Parlamentar do Livro, da Leitura e da Escrita, diz que prepara uma emenda ao projeto de reforma, que vincula a isenção do livro a diversas contrapartidas, que abarquem todos os eixos da Política Nacional de Leitura e Escrita.

“Paulo Guedes tem uma po-

lítica de salvar os grandes e liquidar os pequenos”, afirma a parlamentar, acrescentando que mesmo as livrarias e editoras médias podem ser consideradas como pequenas empresas. “O que a reforma faz é onerar o setor de serviços e desonerar os bancos, quando o movimento tinha que ser o contrário.”

Segundo o advogado Rubem Perlingeiro, que elaborou um parecer jurídico fundamentando a isenção dos livros, a ideia da imunidade constitucional e da Política Nacional do Livro, lei de 2003, é permitir que a literatura circule livremente. “Criar um tributo para o livro, seja com que nome for, é tentar distorcer o espírito da Constituição.”

O economista Bernard Appy, um dos mentores da PEC 45, a proposta de reforma tributária que tramita na Câmara desde o ano passado, tem uma outra visão. Mesmo reiterando que seu projeto não mexe na tributação de livros e mantém a imunidade, ele afirma que essa taxa não é errada.

“Quem consome livro, na grande maioria, são pessoas de alta renda. Então a rigor, quando você desonera o livro, desonera aquilo que uma pessoa de alta renda consome.”

Diante de uma pergunta sobre os riscos de a tributação provocar um aumento de

preços que torne o livro um produto ainda mais elitizado — indo de encontro a qualquer perspectiva de popularizar a leitura—, ele diz que esse ponto de vista é razoável.

“Por outro lado, tem que pensar que a maior parte da demanda do livro hoje é de pessoas que continuariam comprando se o livro fosse mais caro”, acrescenta. “Com os recursos que são arrecadados, você pode fazer uma política que seja melhor para a cultura do que manter a não tributação de livros.”

O mercado editorial brasileiro, que segundo uma pesquisa recente encolheu 20% desde 2006 e ainda sofreu o baque do fechamento de livrarias na pandemia, se vê agora diante de mais uma turbulência para apertar os cintos.



DEBATE

Livraria paga imposto? Não, a Constituição proíbe. Mas há brechas para que se cobrem outros tipos de tributos, como as contribuições PIS e Cofre

Então o livro paga PIS e Cofre? Não, mas só por causa de erro de 2004 que estabelece alíquota zero para os livros

E o que mudou agora? A reforma de Paulo Guedes quer tirar PIS e Cofre por uma contribuição única, a CBS. Com a mudança, o governo acaba também com isenções como a dos livros

Qual será o efeito disso? Se a reforma for aprovada, a alíquota que incide sobre o livro vai de zero a 12%, o que ameaça inviabilizar editoras e manter o mercado no rolo das poucas que conseguirem repassar o aumento para o preço de capa

Intervenção sobre imagem da Livraria da Vila, no bairro dos Jardins, em São Paulo